

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Filosofia

MARINA CÁSSIA BORGES RODRIGUES

O Leviatã e o Sagrado: racionalismo político e controle social na filosofia política de
Thomas Hobbes

UBERLÂNDIA
2025

MARINA CÁSSIA BORGES RODRIGUES

O Leviatã e o Sagrado: racionalismo político e controle social na filosofia política de
Thomas Hobbes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Filosofia do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito básico para obtenção do título de licenciatura e bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos César Seneda

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696 2025	<p>Rodrigues, Marina Cássia Borges, 1999-</p> <p>O Leviatã e o Sagrado: racionalismo político e controle social na filosofia política de Thomas Hobbes [recurso eletrônico] / Marina Cássia Borges Rodrigues. 2025.</p> <p>Orientador: Marcos César Seneda . Coorientador: Luiz Carlos Santos da Silva . Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Filosofia. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Filosofia. I. , Marcos César Seneda, 1968-, (Orient.). II. , Luiz Carlos Santos da Silva, 1975-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Filosofia. IV. Título.</p> <p>CDU: 1</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARINA CÁSSIA BORGES RODRIGUES

O Leviatã e o Sagrado: racionalismo político e controle social na filosofia política de
Thomas Hobbes

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para a obtenção dos títulos de
bacharel e licenciado em Filosofia na Universidade Federal de Uberlândia
pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 12 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcos César Seneda, UFU/MG
Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos Santos da Silva, UFU/MG

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, dedicado ao pensamento político de Thomas Hobbes, foi possível graças ao apoio e incentivo de diversas pessoas às quais sou profundamente grata, por me ajudar a entender e debater esse tema pouco discutido principalmente em Hobbes.

Agradeço a meu orientador, professor Dr. Marcos César Seneda, pela paciência, orientação e pelos valiosos comentários. E pelo nosso primeiro encontro onde me presenteou com um dos livros base desse trabalho, do professor Wagner de Melo Elias, *in memoriam*, fiquei muito feliz com o presente.

Ao meu professor Dr. Luiz Carlos da Silva, que contribuiu não apenas nesse trabalho, com seus conhecimentos, discussões e apoio, mas ao longo de todo meu curso de filosofia, em diferentes períodos, me fazendo apaixonar por Thomas Hobbes e ver que ele é muito importante, principalmente, para as discussões atuais, pois em todo Estado e instituição, tudo gira em volta do poder. Meu muito obrigada, espero que ainda possamos desenvolver mais projetos.

Agradeço à minha família, que esteve comigo principalmente no início; em especial a meus pais que sempre estiveram me apoiando, meus irmãos e meu companheiro, pelo amor incondicional, compreensão e incentivo nos momentos de dificuldade. Sem o apoio de vocês, esta caminhada teria sido ainda mais desafiadora.

Agradeço também aqueles que duvidaram de mim, e não acreditaram no meu potencial, vocês me fizeram crescer e ser cada vez melhor, para mostrar para mim mesma que eu posso e consigo.

RESUMO

Este trabalho consiste em examinar o mundo atual, quais são suas formas de poder, e como ele influencia toda a população. De modo específico, de forma rápida, analisei como surgiu o Estado e a religião, bem como seu soberano, como ele conseguiu tanto poder, e como consegue tanto apoio das pessoas, por meio da fé. Além disso, o ponto central foi analisar o livro do professor Wagner de Mello Elias, *in memoriam*, o qual traz toda a teoria de Hobbes, mas sob o viés da constituição do poder por meio dos eclesiásticos, que são os líderes das instituições religiosas. Na igreja católica atual seriam os bispos e o papa. Também analisamos como os manuscritos sagrados, quando interpretados, moldam as perspectivas das pessoas, e podem conduzir toda a comunidade a acreditar que tais atitudes feitas pelo seu líder, seja religioso ou até político, são legítimas. Pois usam da linguagem e da falta de racionalismo, para persuadir as pessoas com discursos e teorias conspiratórias. A fé sempre precisa ter o amparo da razão para que ambas não sejam distorcidas por outros, impedindo que se possa ter pensamentos críticos e lúcidos.

Palavras-chave: Religião, política, eclesiásticos, fé, razão

ABSTRACT

This work consists of examining the world today, what its forms of power and how it influences the entire population. Specifically, I briefly analyzed how the State and religion arose, as well as its ruler, how he got so much power and how he gets so much support from people through faith. In addition, the central point was to analyze the book by teacher Wagner de Mello Elias, *in memoriam*, which brings all of Hobbes' theory, but from the point of view of the constitution of power ecclesiastics, who are the leaders of religious institutions. In today's Catholic Church, these are the bishops and pope. We also analyzed how sacred manuscripts, when interpreted, shape people's perspectives, and can lead the whole community to believe that such attitudes made by their leader, whether religious or even political, are legitimate. They use language and a lack of rationalism to persuade people with speeches and conspiracy theories. Faith always needs to have the support of reason so that both are not distorted by others, preventing critical and lucid thinking.

Keywords: Religion, politics, ecclesiastics, faith, reason

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
Religião e política na história da filosofia moderna.....	9
 1. RELIGIÃO E MITIGAÇÃO DO MEDO NA FILOSOFIA POLÍTICA DE HOBBS.....	11
1.1. A influência da fé na construção da sociedade.....	13
1.2 Quando o medo se torna fé: a igreja como instrumento de controle social.....	16
 2. A SOBERANIA ABSOLUTA ENTRE O ESTADO E SEUS SÚDITOS.....	19
2.1. O leviatã como representação de Deus na terra.....	20
2.2. O poder do povo na construção de um Estado.....	22
 3. A RACIONALIDADE COMO CRÍTICA CONTRA OS FALSOS DISCURSOS INSTITUCIONAIS.....	26
3.1. Conciliação entre fé e razão no Estado soberano moderno.....	27
3.2. O poder proveniente dos manuscritos sagrados.....	30
 4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

INTRODUÇÃO

Religião e política na história da filosofia moderna

A religião é uma parte fundamental da história e da cultura humana, sendo um tema constantemente discutido e debatido, desde os pré-socráticos até os dias de hoje. Ela pode ser vista de diferentes perspectivas, dependendo da crença naquilo que cada pessoa acredita, seja da perspectiva filosófica, científica ou espiritual. Contudo, há questões que atravessam gerações, como as seguintes: Quais seriam as origens da religião? As crenças de fato revelam coisas existentes para além do nosso entendimento racional ou tudo não passa de invenção social?

Diante disso, a religião pode ser considerada uma conexão para muitos que acreditam nela, ligada com o divino ou com uma realidade espiritual superior, que veio para trazer salvação a todos e uma vida eterna plena. Já em relação ao ponto de vista histórico e até mesmo científico, ela pode ser entendida também como um sistema de crenças, práticas e rituais que os seres humanos criaram para explicar o mundo e até as coisas que não sabem ao certo de onde vieram, dar sentido à vida, construir uma relação social e valores morais. Ou seja, ela se torna o ponto central, do comportamento dos indivíduos, isto é, a justificativa para fazer coisas que podem até ser proibidas pelas leis civis.

Nesse contexto, ela surge como forma de amenizar a relação entre igreja e política, e de atenuar todos os problemas provenientes dessa dicotomia, como as reformas religiosas que ocorreram na modernidade, que transformaram todo cenário, não apenas da Europa, mas influenciando todo o restante dos Estados daquela época. A primeira foi a Reforma Protestante de Martinho Lutero, que contestou as práticas da Igreja Católica, especialmente a venda de indulgências, por meio da publicação de suas 95 teses. Ademais, ela defendia a salvação pela fé, a autoridade das Escrituras acima da tradição da Igreja e a tradução da Bíblia para línguas vernáculas, a fim de torná-la acessível ao povo. Seu movimento se espalhou rapidamente pela Europa, inspirando outros reformadores como João Calvino, na Suíça, que defendia a predestinação e a soberania absoluta de Deus sobre a salvação, influenciando profundamente a ética do trabalho, a organização e o pensamento político de

sociedades protestantes. Também influenciou Henrique VIII, na Inglaterra, que rompeu com o Papa e fundou a Igreja Anglicana, por motivos políticos e pessoais.

Essas reformas religiosas estavam ligadas a um contexto mais amplo de mudanças econômicas, sociais e culturais, como o fortalecimento do poder dos Estados nacionais, o avanço do humanismo renascentista e a crescente alfabetização das populações urbanas. O questionamento da autoridade eclesiástica também se relacionava com o desejo de maior autonomia por parte de príncipes e reis europeus.

Para ressaltar o aspecto político dessa discussão, surge Thomas Hobbes, um filósofo inglês, que viveu a guerra civil e conflitos religiosos na Inglaterra do século XVII. Hobbes abordou diversos temas relacionados à política e à religião, revelando fundamentos da vida social atuais tanto em sua época quanto nos dias de hoje. Uma das principais críticas da filosofia natural e política de Hobbes se voltava contra a autoridade dos doutores da igreja romana ou cristã, que colocavam a visão religiosa do mundo acima da política e também das ciências.

Independente da origem, a religião desempenha diferentes papéis tanto na sua instituição como na sociedade, oferecendo consolo em momentos de tribulação, e orientando comportamentos humanos classificados como inaceitáveis civilmente. Em muitos casos, essa influência religiosa até cria leis e normas culturais próprias, as quais, conseqüentemente, servem para aceitar, ou não, as pessoas, que as devem cumprir fielmente, com a justificativa de que Deus está ciente de tudo. E caso a pessoa não cumprisse seria punida, seja na terra ou no reino dos céus. O fato é que, colocando o fator religioso como fundamento da cultura, a exemplo do que faziam os filósofos medievais, as ações guiadas pelas crenças poderiam até mesmo descumprir as leis civis, em nome de uma suposta ordem divina. É contra essa tradição ortodoxa, que colocava o poder eclesiástico acima do poder político dentro do Estado ou da república, que Hobbes defende uma soberania civil ilustrada pelo poder teológico-político do *Leviatã*.

1. Religião e mitigação do medo na filosofia política de Hobbes

A religião romana ou cristã teria surgido proveniente das sagradas escrituras, que, de acordo com cada pessoa e eclesiástico, a interpretava de forma diferente. Assim a cultura religiosa dos romanos foi passada e aprimorada para as futuras gerações, caracterizando o conhecimento sagrado, o qual fez surgir diferentes comunidades e seitas, como temos hoje em dia. A própria religiosidade viria dos costumes e tradições que cada um tem, independente de julgamentos sobre o ponto de vista de diferentes pessoas, que ditam ser a sua cultura e tradição melhor e mais certa do que outras. Sendo assim, não há religião fora desses costumes, pois a própria religião teria sido criada pelo homem para obter respostas, justificativas, que nem mesmo as ciências, em alguns casos, podem oferecer. Há uma necessidade humana de entender o mundo e se adaptar a ele, e isso acaba moldando civilizações inteiras. Thomas Hobbes expressa tal concepção na passagem do capítulo XII, do *Leviatã*, em que afirma o seguinte:

Observando que só no homem encontramos sinais ou fruto da religião, não há motivo para duvidar de que a semente da religião se encontra no homem apenas e consiste em alguma qualidade peculiar ou, pelo menos, em algum grau eminente dessa qualidade, que não se encontra nas outras criaturas vivas (HOBBS apud ELIAS, 2023, p.109).

A religião é analisada sob uma perspectiva racional e política, pois como já mencionado, ela não nasce da revelação divina, mas sim da tradição, das condições humanas, especialmente do medo, da ignorância e da ansiedade humana diante do desconhecido, especialmente no que diz respeito ao futuro e à morte. Como o ser humano não consegue prever o que virá, cria explicações sobrenaturais para os fenômenos que não entende. Surgem com isso vários deuses, que são entidades para justificarem fenômenos naturais desconhecidos.

Antes da escrita, o mundo era explicado através dos mitos, transmitidos oralmente de geração para geração, buscando sempre explicar sua origem, a partir da vivência de forças perigosas, as quais eram bem pouco compreendidas. Depois de milhares de anos, surgem os primeiros filósofos, pré-socráticos, com a mesma perspectiva de explicar os fenômenos mundanos, observando de forma racional e criando suas teorias através de suas *archai*. Logo após eles, vieram os medievais com a ideia de que tudo vem de Deus, ele é o conhecimento, a explicação e a salvação de tudo e de todos. De um ponto de vista racionalista, surgem os modernos no século

XVI, buscando uma autonomia do pensamento humano. Eles apostam na razão e na ciência como formas capazes de explicar o mundo. No século XIX até os dias atuais surge a corrente da contemporaneidade, a qual é um aperfeiçoamento das ideias do século passado, trazendo uma visão mais crítica. Ela rompe com as certezas da modernidade, analisando as contradições humanas e sociais, ampliando também debates de temas como poder, diversidades, cultura, liberdade.

A partir dessa cronologia, convém destacar como na modernidade do século XVII o filósofo Thomas Hobbes desenvolve seu pensamento em relação a temas fundamentais da história da filosofia, tanto moderna quanto contemporânea. A filosofia hobbesiana defendia uma visão pessimista do mundo, onde o homem no seu estado de natureza, ou seja, antes da criação da sociedade e do Estado, viveria uma liberdade plena, a qual traria consigo medos e inseguranças constantes. Como todos teriam direito a tudo e não haveria leis para regular os conflitos, cada um agiria por vontade e interesses próprios. O homem era caracterizado como um ser hostil, egoísta, inclinado à guerra e não à paz, querendo apenas a sua sobrevivência, em qualquer hipótese. Com isso, o filósofo defende que as pessoas precisam renunciar à sua liberdade, por meio de um contrato, para uma pessoa soberana garantir a paz e a segurança de toda sociedade, defendendo então um governo absoluto, porém um absolutismo que não fosse fundamentalmente divino, mas sim político. Nota-se que Hobbes defende um poder centralizado, que não se justificaria em Deus, mas sim no contrato e nas normas que as pessoas partilharam entre si.

Paralelamente a essa teoria, é curioso notar algo que o autor do *Leviatã* não deu tamanho destaque na sua teoria política, a religião, mas que, para ele, a mesma, apesar de não se justificar no governo absolutista, tem influência e poderes que lhe dão uma capacidade de afetar toda a sociedade. Dessa forma, a religião também surge do estado de natureza, como resposta natural ao medo, se assemelhando com o homem, pois como se vivem incertezas, medos e angústias, ela traz como características o surgimento de vários dogmas e superstições. Assim, cada pessoa acreditava em coisas específicas e cultivava suas lealdades. Então a religião podia unir e separar as pessoas, instaurando desordens e guerras. Já quando surge a sociedade civil, surgem também as instituições eclesiásticas, como, por exemplo, as igrejas, dominando as comunidades e instituindo um líder eclesiástico. Esse, através da sua interpretação dos manuscritos, usa a religião como um poder, que consolida sua autoridade e influencia as massas, principalmente para seguir as suas ideias. A

dicotomia entre salvação versus punição é um dos pontos que afeta o comportamento dos homens. Desse modo, o medo do desconhecido, a busca por salvação espiritual aliena as pessoas, que passam a fazer o que seu líder mandar, justificando tal atitude com os manuscritos que são interpretados a seu favor.

Sendo assim, a religião, na sociedade civil, se torna institucionalizada na forma de igreja, a qual é administrada por seus líderes religiosos, que podem influenciar toda uma nação. Por exemplo, desde o seu surgimento, o cristianismo moldou grande parte da cultura ocidental, influenciando a criação de leis, de valores e da moralidade. Na medida em que fez isso, criou uma cultura, que precisa ser seguida e ensinada para aqueles que desejam participar do reino de Deus. Além disso, sua influência também foi usada na política, para justificar conflitos e intolerâncias ao longo da história. Por isso, a relação entre cristandade, sociedade e indivíduo é complexa, repleta de impactos negativos e desafios. É nesse contexto que a figura do soberano hobbesiano aparece como recurso inescapável para a imposição de uma reta ordem social, onde as leis civis respeitem as crenças e a espiritualidade, mas sem se submeter a elas.

1.1 A influência da fé na construção da sociedade

A instituição igreja, como conhecemos hoje em dia, é fruto de um longo processo histórico do cristianismo, que se iniciou na antiguidade romana e foi se transformando ao longo dos séculos. Desde suas raízes no cristianismo primitivo até seu papel nas sociedades contemporâneas, a Igreja atravessou diferentes períodos históricos, assumindo funções religiosas, sociais e políticas.

As religiões no período da antiguidade pré-cristã eram extremamente diversas e variadas, suas crenças e valores dependiam de onde se localizava cada civilização. Uma religião politeísta era aquela que acreditava em vários deuses, como os egípcios e mesopotâmicos, havia também os monoteístas, que acreditavam em um único deus, como os hebreus. Contudo, sua manifestação religiosa era conduzida na maioria das vezes, pelo chefe de Estado, como os faraós. Não existia a instituição igreja, nesse momento.

Com o passar dos séculos, uma nova religião foi surgindo, tendo os primeiros súditos provenientes do judaísmo, os quais foram criando comunidades primitivas, formadas pelos judeus e gentios convertidos ao então judaísmo. Essa nova religião foi o cristianismo, que surgiu após a ressurreição de Jesus Cristo, trazendo consigo

novos tempos, a Era Apostólica, conhecida também como a primeira fase da história do cristianismo, que começa por volta do ano 30 d.C. Esta fase traz também o início das igrejas, caracterizada pela igreja primitiva, que teve sua primeira expansão e a criação das primeiras comunidades cristãs. Porém, com o crescimento cada vez mais rápido do monoteísmo e da crença em Jesus Cristo, e com sua oposição aos judeus e romanos, começaram as perseguições e mortes de seus adeptos, principalmente pelo Império Romano, o que os obrigou a se reunir secretamente em casas e até catacumbas. Não havia uma estrutura eclesiástica formal, e a fé era mantida por comunidades lideradas por apóstolos e bispos. Entretanto, a conversão do imperador Constantino ao cristianismo, no início do século IV, marcou uma virada. Com o Édito de Milão, de 313 d.C., a religião cristã foi legalizada, e no Concílio de Niceia, 325 d.C., foi estabelecida como uma doutrina oficial. Com isso, a igreja passou a se estruturar como uma instituição formal dentro do império romano.

Nesse processo de consolidação, a igreja católica foi ganhando e conquistando cada vez mais poder, que se estendia tanto para o campo da religião e da política quanto para o campo das ciências e das artes. Segundo Thomas Hobbes, poder religioso nada mais é que a capacidade de um indivíduo ou instituição de garantir a obediência e alcançar seus objetivos. Em estado de natureza, as pessoas possuem um desejo incessante de poder, pois somente através dele podem assegurar sua sobrevivência e evitar o medo da morte violenta. Quando renunciam a seus poderes em favor de um soberano, que pode ser um monarca ou uma assembleia, responsável por impor leis e garantir a ordem, esse poder absoluto não pode ser questionado, pois sua fragmentação levaria ao caos e à anarquia. A legitimidade do poder soberano do Estado civil e eclesiástico, herdado do cristianismo, não poderia ser questionado porque, ao contrariar as leis civis, os cidadãos estariam questionando tanto a vontade de Deus quanto a sua própria vontade.

Durante a Idade Média, após a queda do Império Romano do Ocidente, a Igreja Católica teria se tornado a principal instituição de estabilidade na Europa, consolidando o poder do papado na figura de um Estado eclesiástico. Além de sua função religiosa, a igreja medieval romana ou cristã exerceu forte influência política e econômica, possuindo terras, arrecadando impostos e influenciando governantes. O Sacro Império Romano-Germânico tinha uma relação estreita com a Igreja, e o papa coroava seus imperadores. Ordens monásticas, como os beneditinos, preservaram o

conhecimento e promoveram a educação. A Igreja também organizou as Cruzadas, expedições militares para recuperar territórios cristãos no Oriente Médio.

Apesar da igreja católica passar por várias reformas na idade moderna e por um enfraquecimento no século XVIII, com a revolução francesa, o iluminismo e a ascensão dos Estados nacionais, ela notou que precisava mudar e se adequar a seu tempo. Assim como fez outrora, ela procede na atualidade, ou seja, continua com sua doutrina e poder sobre fiéis, mas se moderniza quando percebe que está perdendo forças. Para que ela continue a desempenhar um papel importante na sociedade, ela precisa enfrentar seus desafios, como a queda do número de fiéis em algumas regiões, escândalos internos e a necessidade de adaptação às mudanças sociais. Já em relação ao papado atual, ele tem buscado maior abertura e diálogo, abordando temas como justiça social, meio ambiente e direitos humanos, para cada vez mais consolidar seu poder. Ao mesmo tempo, movimentos religiosos alternativos e o crescimento de outras denominações cristãs desafiam a hegemonia da Igreja Católica.

É nesse sentido que a filosofia política de Hobbes se mostra ser um pensamento tanto moderno quanto contemporâneo. Moderno porque dialogava com as questões epistemológicas da época, marcada pelas grandes reformas religiosas e epistemológicas, como no caso do protestantismo calvinista e do heliocentrismo copernicano. As críticas hobbesianas aos fundamentos eclesiásticos do Estado civil na modernidade se voltavam sobretudo para a figura do papa, que Hobbes entendia mais como uma figura política do que como um líder religioso. Na medida em que muitas dessas questões tipicamente modernas retornam na contemporaneidade, tanto no campo da religião e da política quanto das ciências e das tecnologias, o pensamento político de Hobbes parece se revelar cada vez mais adequado para entendermos a atual conjuntura social, bélica e conflituosa. O Leviatã hobbesiano representa um tipo de poder teológico-político que faz da máquina do Estado uma espécie de “deus mortal”, criado pelos homens à sua própria imagem e semelhança. É nesse sentido que a instituição estatal em Hobbes pode ser considerada, tanto historicamente quanto conceitualmente, como uma espécie de templo, assim como hoje representaria a cidade de Roma ou o próprio vaticano: uma igreja, uma cidade, um Estado, uma lenda.

1.2 Quando o medo se torna fé: a igreja como instrumento de controle social

Desde os primórdios da civilização ocidental, a religião desempenha um papel central na organização das sociedades, influenciando costumes, leis e estruturas de poder. Em diversos momentos históricos, a Igreja, enquanto instituição, utilizou-se do medo como ferramenta para moldar comportamentos e consolidar sua influência. O medo do desconhecido, do pecado, da punição divina e até mesmo da condenação eterna foram elementos que fortaleceram a fé e, conseqüentemente, a submissão das massas à autoridade religiosa. No pensamento de Thomas Hobbes, por exemplo, o medo do caos e da violência leva os indivíduos a aceitarem um soberano absoluto, que impõe leis para evitar o estado de guerra de todos contra todos. De maneira análoga, a Igreja se consolidou como uma instituição capaz de oferecer segurança espiritual, ao mesmo tempo em que estabelecia limites morais e comportamentais, muitas vezes sob ameaça de punições divinas. Nesse sentido, notemos sua grande influência, pelo fato de que:

A igreja existe entre os cristãos e é aceita por eles, ou seja, é obedecida por eles e exerce ao mesmo tempo um domínio sobre essa crença; ela domina seus membros devotos, porque estes se tornaram a base sobre a qual a igreja foi reconhecida (ELIAS, 2023, p.122).

A Igreja, portanto, é um poder coletivo, pois expressa o desejo de suas comunidades, as quais têm por características se encontrarem no estado de natureza, não por serem eclesásticas, mas por apresentarem uma diversidade de poderes. Esses poderes são constantemente ameaçados, pelo mesmo fato de um querer ser melhor e ocorrem entre os homens pelo fato de um querer se sobressair diante do outro, tanto nos requisitos religiosos, como nos políticos, através da dominação, expansionismo e crescimento doutrinário. Dessa forma, percebe-se a constante influência da religião, em relação ao mundo, ou seja, guerras e disputas são travadas em nome de suas crenças, desobedecendo até mesmo as leis civis dos Estados, gerando milhares de mortes e moldando a geopolítica dos mapas. Um exemplo que percorre gerações são as disputas de regiões sagradas entre os judeus e muçulmanos, e entre Índia e Paquistão pela região da Caxemira.

Percebe-se, então, que há uma disputa mais ampla, a busca por um verdadeiro “poder mundial”, entre duas instituições fundamentais para a sociedade, a Igreja e o Estado. Ambas, almejam a sua soberania diante do outro, travando constantes conflitos, seja civil ou por meio de discursos belicosos, buscando se sobreporem. Hobbes defende, com isso, que ambas buscam os mesmos objetivos, de conquistar

cada vez mais pessoas e consequentemente o poder, já que não é possível uniremos duas esferas em uma única autoridade soberana. Enquanto o Estado visa à manutenção da ordem civil por meio das leis e do uso legítimo da força, a Igreja se orienta por princípios espirituais e dogmas religiosos, que frequentemente desafiam a autoridade política. Assim, segundo Hobbes, a concorrência entre essas instituições é inevitável e representa um obstáculo à paz e à estabilidade, a menos que o poder religioso seja subordinado ao poder civil, em uma República Cristã, formando uma comunidade universal. Mas, isso, que tanto para os dias atuais, como para a teoria do filósofo, é uma solução difícil, pois

Para Hobbes, o desafio do poder soberano é convencer seus súditos cristãos de que as leis civis e as leis de Deus devem ser vistas por eles como compatíveis, como suficientemente resolvidas, pois, caso contrário, os súditos cristãos estarão diante de dois soberanos sem saber a quem devem obedecer (ELIAS, 2023, p.43).

Dessa forma, a separação entre religião e política é um princípio fundamental para o bom funcionamento de uma sociedade democrática e pluralista, pois “o tratamento dado à religião é distinto daquele conferido à Igreja como instituição que disputa a titularidade do poder com o Estado” (RIBEIRO, 2016, p.198). Se forem postos juntos, em momentos de contradições, não se sabe a qual ideia se deve obedecer. É preciso então cultivar a ideia de que o Estado, como uma instituição secular, deve ser imparcial em relação às crenças religiosas, assegurando a liberdade de consciência e de religião a todos os seus cidadãos, sem favorecimento ou discriminação. Embora a religião desempenhe um papel importante na formação de valores e identidades de muitas pessoas, a integração dessas crenças nos processos políticos pode levar a uma série de desafios que comprometem a justiça, a igualdade e a liberdade, valores essenciais para o funcionamento de uma sociedade moderna e democrática.

Nesse sentido, percebe-se a importância, desde os séculos passados, de separar a religião da política, uma vez que é impossível unir o reino de Deus e dos homens em um poder soberano público, pois cada comunidade tem seus valores, sua forma de pensar e agir. Seria indubitavelmente, irreal criar uma comunidade universal. De acordo com a Constituição de 1988, cada cidadão brasileiro tem seu livre arbítrio para escolher o que fazer e seguir, de acordo com as leis vigentes, e se submeter a uma única religião, que lhe dirá o que fazer, não está de acordo com esse ordenamento. Portanto, a separação entre religião e política não significa uma negação da religião ou um ataque à fé das pessoas, mas sim uma garantia para o

livre exercício da fé ou da espiritualidade, sem infringir as leis civis ou os direitos alheios.

Ao contrário do que possa parecer, a submissão da religião ao poder político protegeria a liberdade religiosa, ao garantir que todas as crenças sejam tratadas de forma igualitária, sem favorecimento estatal desta ou daquela crença ou seita particular. Além disso, fortaleceria a democracia, assegurando os direitos humanos e evitando a imposição de uma visão religiosa única sobre toda a sociedade. A política deveria ser um espaço onde a razão, a evidência e o compromisso com o bem-estar coletivo prevalecessem, criando um ambiente justo e inclusivo para todos os cidadãos, independentemente de suas crenças religiosas. Por sua vez, assim como Hobbes teria revelado, na figura do Leviatã, o poder teológico e o político caminhariam sempre juntos, na constituição da máquina soberana chamada Estado civil.

2 A soberania absoluta entre o Estado e seus súditos

O Estado é considerado uma das instituições fundamentais da sociedade, desempenhando um papel central na organização política, social e econômica das nações. Sua formação é um fenômeno complexo que remonta à antiguidade, evoluindo ao longo dos séculos para atender às necessidades das sociedades humanas. Com a queda do Império Romano, e o apogeu da idade média, o poder religioso e a descentralização política foi perdendo forças. O Renascimento, o expansionismo e a ascensão das monarquias absolutas na Europa, por exemplo, fez surgir os Estados Nacionais, os quais foram consolidados, nos séculos XVIII e XIX, por independências, unificações e revoluções, entre elas a francesa de 1789. Isso gerou um poder centralizado, nacionalista, forte e expansionista.

Nos inícios do período moderno, no século XVII, a filosofia política de Thomas Hobbes atinge seu ápice com suas teorias sobre o Estado, as quais, indubitavelmente, estão se tornando cada vez mais aplicáveis aos tempos contemporâneos. O filósofo, influenciado pelo seu tempo, e principalmente pela guerra civil inglesa do século XVII, de intensas transformações políticas, notou que a Inglaterra estava passando por um cenário de instabilidade. Isso influenciou profundamente sua visão política, levando-o a defender um governo forte e centralizado, monarquia absolutista, para que assim pudesse evitar o caos e a anarquia. Ademais, a proposta era de que na sociedade civil as pessoas renunciassem à sua liberdade para confiarem nesse Estado absoluto, que tem por objetivo garantir a segurança de todos, e de uns contra os outros. A função do Estado civil hobbesiano consistiria na sua própria segurança e conservação, pois, protegendo a si mesmo, o Estado estaria protegendo também a massa dos seus cidadãos. Assim, Hobbes traz o Leviatã como a personificação desse poder soberano, que pode ser um rei ou uma assembleia, com autoridade absoluta para garantir a obediência e a paz. E sem essa figura centralizadora, a sociedade retornaria ao estado de natureza, marcado pelo medo e pela insegurança.

Na ausência de um Estado forte ou bem constituído, o que se nota atualmente, é uma volta ao estado de natureza das pessoas, que vivem em constante medo, insegurança, tanto dos cidadãos em relação uns aos outros, quanto do Estado em relação a si mesmo ou aos seus poderes constituintes. Os cidadãos de um Estado civil mal constituído tem seu futuro incerto e com presença de constantes guerras pelo poder, seja pelo poder político, seja pelo poder religioso, ou até mesmo a junção

dessas dicotomias com o discurso de líderes que na maioria das vezes ignoram até as leis civis. Desse modo,

na ausência de um Estado civil em harmonia consigo mesmo e com seus poderes, o que impera sobre as relações sociais em situações de calamidade é o medo das pessoas, umas em relação às outras, bem como a revolta da população contra os poderes de um Estado civil desorientado (SILVA, 2020, p. 3-4).

A população, desamparada, vê-se obrigada a agir por conta própria, muitas vezes entrando em conflito com seus semelhantes e com as próprias instituições que, em tempos normais, deveriam protegê-la. A revolta popular não nasce apenas da carência material, mas da percepção de que o Estado deixou de cumprir o pacto social que legitima sua existência: garantir a paz, a justiça e a proteção de todos os cidadãos. Um Estado civil desorientado, ou fragmentado por disputas internas, deixa de ser reconhecido como soberano, e, com isso, perde sua autoridade simbólica e prática. Assim, Hobbes nos adverte de que a harmonia entre os poderes do Estado, a clareza das leis e a estabilidade das instituições são condições indispensáveis para a manutenção da ordem social. Quando esses elementos se rompem, o medo volta a governar, e com ele, o caos. Com isso, a lição hobbesiana continua atual, reforçando a ideia de que onde não há soberania eficaz, reina a incerteza; e onde reina a incerteza, os vínculos sociais se dissolvem, voltando a reinar sobre as relações humanas um estado de natureza hostil e belicoso, como aquele descrito por Hobbes.

2.1 O Leviatã como representação de Deus na Terra

A comparação entre o Leviatã e Deus, na figura do Estado, decorre da maneira como Hobbes compreende o poder teológico político do soberano. Em sua obra, ele argumenta que, ao fazer o contrato social, os indivíduos entregam seu poder e sua liberdade a um poder soberano que passa a ser o representante supremo da vontade coletiva. Essa figura, então, se torna uma entidade quase divina, uma vez que detém o monopólio da lei, da força e da moral dentro do Estado. Para Hobbes, resistir ao soberano equivale a desafiar a própria ordem estabelecida, algo tão inaceitável quanto questionar a autoridade sagrada de Deus e das leis de natureza. O aspecto divino ou teológico do Leviatã também se reflete na maneira como o filósofo o descreve, a partir das sagradas escrituras. O próprio título do livro faz referência ao monstro bíblico do

Antigo Testamento, que simboliza uma entidade poderosa e invencível. No entanto, ao contrário do caos e da destruição que o Leviatã bíblico representa, o Leviatã de Hobbes é um construto racional, criado pelos homens para manter a paz e evitar a anarquia.

Nesse âmbito temos a fé, que é um sentimento que surge sem provas concretas, é algo que acreditamos, pois ela justifica o que as pessoas não conseguem explicar. Busca-se com ela, tornar pessoas melhores e mais íntegras, a fim de suprir nossos medos e agonias, ganhar a salvação ao invés da punição. No entanto, a falta de racionalidade das pessoas faz com que se acredite em histórias e fatos irreais, e se favoreça a manipulação tanto do Estado como da Igreja. A relação entre fé e razão sempre foi um tema central na história ocidental, interferindo na organização social e política das civilizações desde a Roma antiga. Quando equilibradas, elas sustentam a estabilidade do Estado, evitando que a irracionalidade se dissemine e provoque desordem. No entanto, a história também demonstra que tanto a Igreja quanto o Estado souberam explorar essas duas dimensões para seus próprios interesses, manipulando crenças e costumes para garantir domínio sobre a população.

A razão é o elemento que permite a organização política e a formulação de leis que asseguram o funcionamento da sociedade. Sem ela, o Estado corre o risco de ser guiado pela emoção descontrolada e pela irracionalidade, fatores que podem levar ao caos social. Governos fundamentados no pensamento crítico, buscam legislações coerentes, baseadas em princípios lógicos e na experiência histórica, a fim de garantir direitos e deveres equitativos para todos os cidadãos. Quando a irracionalidade predomina, surge um espaço perigoso para o crescimento de discursos fantasiosos, manipulatórios e desestabilizadores. A proliferação de crenças infundadas, sejam elas religiosas, conspiracionistas ou místicas, fragiliza a coesão social e pode ser utilizada por grupos de poder para controlar as massas. A fé é sem dúvida um fenômeno que também é essencial para a estruturação da sociedade, pois oferece significado e direção à existência humana. No entanto, quando desvinculada da razão, pode se tornar um instrumento maléfico, levando indivíduos a aceitarem dogmas sem questionamento crítico. Durante a história, tanto a Igreja quanto o Estado compreenderam o poder da fé e souberam utilizá-la para reforçar seu controle sobre a população.

Governantes e líderes religiosos frequentemente exploraram a fé para justificar políticas e manter a ordem social, utilizando narrativas que reforçavam a obediência

e a submissão ao poder estabelecido. A instrumentalização da fé possibilitou a construção de impérios, guerras santas e perseguições político-religiosas, sempre com a promessa de uma recompensa transcendente ou a punição divina para aqueles que ousassem desafiar o sistema. Quando a fé se desassocia da razão, cria-se um ambiente propício à aceitação do fantasioso como verdade absoluta. Isso abre espaço para discursos fanáticos, teorias conspiratórias e dogmas irracionais que podem ser utilizados para justificar práticas abusivas e antidemocráticas.

A história mostra vários exemplos de como mitos e crenças infundadas foram utilizados para justificar atrocidades, desde caças às bruxas até regimes autoritários que se sustentavam em discursos messiânicos. Tanto a Igreja quanto o Estado compreenderam que a crença em narrativas fantasiosas poderia ser um meio eficiente de manter a população sob controle. A promessa de um paraíso pós-morte, a ideia de uma autoridade divina inquestionável ou o temor ao desconhecido foram utilizados para reforçar hierarquias e garantir a submissão ao poder hegemônico estabelecido.

Em vista disso, a irracionalidade, quando incentivada, desestabiliza o Estado e fragiliza a população, tornando-a vulnerável a discursos manipuladores e fantasiosos. Não obstante, é o que se presencia nos tempos atuais, tanto líderes políticos como religiosos misturam suas funções para conseguirem mais poder e fama. Os líderes políticos usam o discurso religioso para angariar apoio político, explorando a fé das massas para justificar medidas autoritárias ou desviar a atenção de problemas estruturais. Da mesma forma, líderes religiosos utilizam-se da política para expandir sua influência e garantir privilégios institucionais. A disseminação de desinformação e o incentivo ao pensamento irracional continuam a ser instrumentos utilizados para erradicar o pensamento crítico da população. Discursos apocalípticos, promessas de salvadores da pátria e a exploração do medo são estratégias comuns para manter o controle social. Todas essas coisas somadas parecem retratar aquilo que Hobbes, em suas obras de filosofia política, teria fortemente criticado na Inglaterra de sua época, onde o Leviatã surgiria como estratégia para a resolução dos conflitos teológicos-políticos.

2.2 O poder do povo na construção de um Estado

Séculos depois da perspectiva hobbesiana, o Estado civil ainda é um poder centralizado nas mãos de um soberano, que tem como intuito garantir a paz de toda

sociedade. Porém, nos termos do contratualismo, esse poder viria das pessoas que compõe o Estado. Por isso, ao descomprimir as suas cláusulas do contrato, o próprio corpo político perderia sua razão de existir, podendo até mesmo ser destruído. O Estado nasce como uma solução racional para o caos da natureza humana e, mesmo que o soberano concentre o poder, ele tem origem no povo, que é a sua matéria constitucional. A busca pela autoconservação do Estado deveria conduzir todas as ações políticas praticadas por ele na busca da paz e do bem-estar dos seus cidadãos, que são a sua razão de existir.

Esses princípios constitucionais do Estado civil, defendidos pela teoria hobbesiana, estão mencionados na constituição brasileira promulgada em 1988, a qual, em seu artigo 1º, parágrafo único, diz que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, Art. 1º, parágrafo único). Nos termos da lei, os indivíduos transfeririam seus direitos e poderes a uma instância soberana, a fim de que essa entidade institucional lhes atribuísse uma forma e direção única. Assim, a própria categoria de povo só poderia ser entendida depois da constituição do Estado, sendo que a felicidade do Estado representaria a felicidade do povo.

O cidadão, com efeito, vê no Estado uma instituição que lhe proporciona a sua felicidade; e valora-o segundo a experiência que tem a respeito da realização de suas expectativas pessoais atinentes a essa felicidade (LASKI apud SANTOS, 2011, p. 155).

Sendo assim, todas as ações do Estado passam a ser decididas pelo bem comum e não para o proveito e enriquecimento do próprio líder ou da instituição. Sob esse ponto de vista, o soberano precisa ser um líder ético, que tem como finalidade assegurar a segurança de todos, pois a relação entre o cidadão e o Estado é dinâmica, mas o objetivo dele não. É importante que o Governo esteja atento não apenas às leis, mas também às necessidades das pessoas, e principalmente, em trazer a paz, para que o soberano não perca legitimidade e confiança social.

Na realidade contemporânea, no entanto, o conceito de poder popular evoluiu, pois vivemos em contextos democráticos em que o povo não apenas instituiu o poder, mas participava ativamente de sua manutenção e renovação. O voto, os protestos, a liberdade de expressão e os mecanismos de participação política são expressões modernas desse poder. A soberania, que em Hobbes era indivisível e concentrada, hoje se fragmenta em instituições democráticas, representação parlamentar, imprensa livre e sociedade civil ativa. Essa descentralização do poder representa não

apenas uma mudança estrutural, mas também uma transformação na consciência política dos cidadãos. O povo deixou de ser apenas um agente passivo da ordem social e passou a ocupar um papel mais assíduo na construção, fiscalização e contestação do poder instituído. Esse novo arranjo fortalece a noção de que a legitimidade do Estado não é concedida de uma única vez, como no pacto hobbesiano, mas é renovada constantemente através do diálogo entre governantes e governados, e por meio da instituição de novos líderes políticos, os quais representam e se reconhecem no povo.

Mas, mesmo assim, diante de toda mudança que houve com o Estado, a democracia e todo o povo, a ideia hobbesiana continua relevante e bem atual. Principalmente em tempos de crise, guerras, pandemias, colapsos políticos, volta-se a debater o limite entre autoridade e liberdade, ordem e caos, controle e participação popular. O Estado ainda é uma construção feita para conter os excessos da liberdade individual e garantir a convivência pacífica, mas, agora, o povo não apenas cede espaço ao poder, como também o vigia e questiona. Hobbes então nos mostrou a necessidade de um poder comum, para evitar o colapso social, seja qual for a forma de governo. E a democracia moderna mostra que esse poder deve sempre retornar ao povo, sua fonte original, como condição para um Estado justo, legítimo e representativo de forma verdadeira. Hobbes, portanto, nos alertou para os perigos do caos e da ausência de autoridade; por outro lado, a experiência contemporânea mostra que a centralização excessiva pode ser prejudicial, que o discurso midiático do líder político pode levar todo o país ao colapso, moldando o pensamento da população e formando um cenário totalitário e falsamente hegemônico.

Por exemplo, a pandemia do COVID-19, em dezembro de 2019, trouxe um impacto global negativo muito grande, e gerou como consequência a resposta dos governos em face do caos. No Brasil, por exemplo, houve uma postura negacionista, desconsiderando a gravidade do vírus e demorando para que fossem tomadas atitudes que combatessem a pandemia. Essa postura contribuiu para a intensificação da crise sanitária, resultando em um elevado número de mortes e sobrecarga no sistema de saúde. A falta de respostas e de um líder central provocou um sentimento de abandono, incertezas e falta de informações ou informações contraditórias. O aumento do caos e da desorganização fez com que a desconfiança da população aumentasse, a busca de um líder resultou no aumento de líderes religiosos que, em

seus discursos, trariam respostas e conforto, pois o medo do inimigo invisível, o vírus, era cada vez maior.

O desejo de conforto e deleite sensual predispõe os homens para a obediência ao poder comum, pois com tais desejos se abandona a proteção que poderia esperar-se do esforço e trabalho próprios. O medo da morte e dos ferimentos produz a mesma tendência, e pela mesma razão. Pelo contrário, os homens necessitados e esforçados, que não estão contentes com sua presente condição, assim como todos os homens que ambicionam a autoridade militar, têm tendência para provocar situações belicosas e para causar perturbações e revoltas, pois só na guerra há honra militar, e a única esperança de remediar um mau jogo é dar as cartas uma vez mais (HOBBS, 1983 apud SILVA, 2020).

Como observou Silva (2020), em suas reflexões filosóficas durante a pandemia, a falta de racionalidade, tanto nas ações do Estado quanto no comportamento dos cidadãos, parece conduzir inevitavelmente a um fortalecimento das ideologias, dos dogmas e do próprio sentimento religioso. Diante desse cenário, a falta de racionalidade das pessoas aumentou durante a pandemia, e passou-se a acreditar em tudo, tanto para trazer salvação após a morte, como para trazer respostas que resultassem na cura ou na aceitação desse mal que afetou todo o planeta. Com esse exemplo, é notório que as pessoas estão mergulhadas em profunda crise de racionalidade, ainda que vivam em meio a grandes avanços da ciência. Existem ainda pessoas que na maioria das vezes são induzidas a rejeitar evidências claras de desinformações, muitas vezes apoiadas por líderes religiosos e políticos, que preenchem o cenário social com teorias conspiratórias, curas milagrosas e discursos negacionistas.

3 A racionalidade como crítica contra os falsos discursos institucionais

A escolha por uma fé que ignora ou nega a razão, reflete um conflito antigo entre religião e racionalidade, o qual, em contextos críticos, como no de uma pandemia, se torna ainda mais perigoso. Em vez de promover o cuidado com o próximo, o qual é um princípio básico do cristianismo, certas lideranças acabam promovendo discursos que estimulam o individualismo, o desprezo pela ciência e o desrespeito à vida. E, sob uma ótica filosófica, especialmente hobbesiana, a irracionalidade coletiva, somada à ausência de um Estado forte e coordenado, recria um estado de natureza¹: medo, insegurança, uma luta de todos contra todos. É pela razão que os homens fazem o pacto e evitam o caos. Assim, quando essa razão é ignorada, seja por fanatismo ou desinformação, a sociedade se desorganiza e esse fato afeta todo o coletivo, isto é, o próprio corpo político.

A racionalidade, nesse contexto, é o que permite ao cidadão agir de forma crítica, avaliando informações com base em evidências, e não em impulsos ou crenças infundadas. Ela distingue líderes legítimos de oportunistas, instituições sérias de outras criadas para enganar ou controlar as pessoas. Sem seu uso, indivíduos se tornam presas fáceis de discursos, teorias sem sentido, curas milagrosas e promessas vazias. Em consonância, falsas instituições se aproveitam justamente da ausência do pensamento crítico para se consolidarem, muitas vezes se apresentando como salvadoras em momentos de caos, e contribuindo para a desinformação, polarização e enfraquecimento da democracia.

Diante disso, a filosofia moderna, especialmente através de pensadores como Thomas Hobbes, já alertava para a necessidade de uma autoridade legítima e racional para evitar o colapso da ordem social, sustentando que a razão leva o ser humano a perceber que, para evitar o medo, o caos e garantir sua sobrevivência, é melhor abrir mão de alguns benefícios, como a liberdade, e cuidar da relação dos homens entre si e com o soberano. Assim, “a razão sugere adequadas normas de paz, em torno das quais os homens podem chegar a um acordo” (HOBBS, 1983, p. 77), isto é, contratar uns com os outros, aceitando as leis e uma autoridade comum para manter a ordem. Pois, apenas através da racionalidade gera-se a possibilidade de tirar o ser humano

¹ “Para ser imparcial, ambos os ditos são certos que o homem é um Deus para o homem, e que o homem é o lobo do próprio homem. O primeiro é verdade, se compararmos os cidadãos entre si; e o segundo, se cotejamos as cidades” (HOBBS, 2002, p. 3).

de seu estado primitivo, e de levá-lo a criar um contrato social, entregando seu direito de agir livremente para o soberano, Leviatã, em troca de proteção e paz.

Entretanto, para garantir tais direitos e chegar a um pensamento crítico por meio da razão, é necessário considerar que “a mais nobre e útil de todas as invenções, foi a da linguagem, que consiste em nomes ou apelações, pelas quais os homens registram seus pensamentos” (HOBBS, 1983, p. 20). Ela então, tem um papel essencial não apenas na vida das pessoas para a comunicação, ou seja, para transferir pensamentos e conhecimentos, como também na sua ausência, “sem o que não haveria entre os homens nem Estado, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existe entre os leões” (HOBBS, 1983, p. 20). É importante, portanto, entender que o pensamento está completamente ligado à razão, pois ela é um modo de organizar as coisas, isto é, de fazer cálculos por meio da linguagem. Com isso, ambas estão completamente conectadas, uma dependendo da outra; a razão, por ser a capacidade humana de raciocinar, organizar ideias, comparar fatos, bem como suas conclusões, é uma ferramenta da linguagem. Mas, para que esse processo seja possível, comunicado e compartilhado, precisa-se de uma linguagem comum e compartilhada, como no caso das ciências e das próprias leis civis. Uma vez que, sem a linguagem, não há razão prática, e que sem a razão prática a linguagem se torna vazia, juntas elas são consideradas as bases da civilização e do surgimento do Estado.

Hobbes foi capaz de retratar assim as capacidades criativas do ser humano, na medida em que entrevê que, ao lado da razão, impera o reino das paixões. Deste ponto de vista, suas descrições ainda são válidas hoje, quando consideramos os eventos que fazem a história – por exemplo, a renovada influência da religião na política (MATTOS, 2022, p.10).

Nota-se, então, que o perigo da irracionalidade continua presente, e cabe à sociedade civil fortalecer o pensamento crítico para evitar que a manipulação político-religiosa comprometa as instituições democráticas. O desafio é garantir que a fé possa coexistir com a razão, sem ser explorada como ferramenta de dominação por aqueles que detêm o poder, para que a razão possa coibir os abusos realizados tanto por meio da interpretação dos manuscritos e da má utilização da palavra de Deus, quanto por ameaças de ruptura da ordem política.

3.1 Conciliação entre fé e razão no Estado Soberano moderno

A relação entre fé e razão foi um dos grandes temas da filosofia medieval e moderna. Durante a Idade Média, pensadores como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino tentaram mostrar que a fé cristã podia, junto com a razão humana se complementar. Com o surgimento da modernidade, a razão passou a ganhar destaque como critério de verdade e organização social. A fé passou a ser vista com mais desconfiança, ou seja, como elemento irracional e ilusório. Assim surge Hobbes, defendendo que, diante de todo cenário vivido, a fé anda com a razão, mas dentro dos limites impostos por ela e pela ordem política. Pois, sem a última, as instituições religiosas usariam superstições e dogmas para influenciar as pessoas e, por meio disso, para aumentar cada vez mais seu poder, podendo colocar em risco a soberania do Estado; por outro lado, isso geraria conflitos e desobediência às leis civis, podendo resultar em guerras civis, e guerras santas, presenciadas ao longo da história.

Hobbes considera as igrejas como instituições lideradas por pessoas religiosas, como padres, bispos, que são chamados de eclesiásticos. Essas pessoas detêm um poder de convencimento, valendo-se da fé das pessoas. Desse modo, “em virtude dos efeitos de seus discursos sobre a ordem pública, a instituição eclesiástica altera o comportamento dos súditos” (ELIAS, 2023, p. 36). Hobbes entende que os eclesiásticos, ao fazerem discursos, pregações ou orientações públicas, influenciam diretamente o modo como as pessoas se comportam, podendo reforçar ou destruir a ordem pública, ou seja, podendo ajudar a manter a paz e a obediência ao Estado, bem como suas leis civis, ou podendo incentivar questionamentos, rebeliões e até conflitos. E como a religião tem forte poder emocional e moral sobre indivíduos, ela consegue moldar atitudes, crenças e até decisões políticas, o que é um risco, se não houver marcos legais de controle dessa atitude. Pois,

o estabelecimento do vínculo entre as igrejas e a sedução dos súditos cristãos nos mostra que, para Hobbes, a guerra civil inglesa tem causas que devem ser investigadas a partir das igrejas. Hobbes estabelece um nexo causal entre as igrejas e o comportamento belicoso dos súditos (ELIAS, 2023, p. 36).

Como observa Elias, o conflito entre Estado e a igreja, bem como entre a razão e a religião, parece girar em torno de disputas institucionais, devido ao poder que elas representam sobre a conduta do povo. Nesse processo, de disputa pelo poder de governar as ações das pessoas, a autoridade religiosa poderia rivalizar com a autoridade civil e desestabilizar a paz social. Se a autoridade religiosa não estiver alinhada com a autoridade do Estado, ela pode mudar o comportamento dos cidadãos,

de tal modo que venha a ser comprometida a ordem e a estabilidade. Nesse registro, Elias ainda observa como a autoridade ou o poder de divulgação é que constituiriam a verdade dos discursos e não necessariamente os fatos. E por mais que os eclesiásticos afirmassem em suas teorias que a autoridade da igreja seria meramente espiritual, na prática as ações dessa instituição e de seus representantes eclesiásticos podem vir a se tornar fundamentalmente políticas. É nesse sentido que Hobbes

entende ser necessário dirigir suas análises para os elaboradores do discurso dos eclesiásticos, pois não é por ser considerado sobrenatural que esse discurso se propaga entre os súditos cristãos, mas porque ele foi elaborado e divulgado publicamente pelos membros das igrejas (ELIAS, 2023, p. 36).

Percebe-se com isso que a igreja e todas as instituições religiosas, por si só, produzem nenhum efeito direto sobre as pessoas. Sendo assim, elas precisam ter um corpo eclesiástico que consiga interpretar os manuscritos, divulgar a sua doutrina e, ao mesmo tempo, convencer os outros homens que o seu discurso, por mais exagerado que seja, é real. A força da religião, portanto, não está na natureza intrínseca de suas doutrinas, mas na capacidade estratégica de seus líderes em apresentar tais doutrinas como verdades incontestáveis. A crença coletiva, fomentada por pregações públicas, rituais e símbolos, gera coesão social e fortalece a autoridade religiosa. Contudo, essa autoridade depende de constante manutenção, pois sem a reafirmação pública e sistemática de seus dogmas, a fé se enfraqueceria e as instituições perderiam seu espaço de influência na sociedade.

Ressalta-se, então, a importância da linguagem e de seu uso pela teoria hobbesiana, a qual é “um instrumento para se compreender o poder dos eclesiásticos, que se manifesta na atribuição da condição de sagrado a manuscritos. Isto nos mostra a dependência que a política tem de sua teoria da linguagem” (ELIAS, 2023, p. 94). Ela, portanto, junto com a razão, cria um pensamento crítico que não deixa as pessoas serem controladas pelo poder religioso, quando define o que é certo e errado, verdadeiro e falso, o que é sagrado e legítimo. Por isso, no mundo contemporâneo, o desafio central é construir sociedades em que a razão regule as paixões da fé, não deixando que os homens sejam enganados por discursos irrealistas. É igualmente importante que os homens aceitem as outras religiosidades e interpretações, não considerando apenas a sua como certa e única. Assim, no contexto atual, observa-se que muitas instituições religiosas continuam operando por meio dessas mesmas dinâmicas: mobilizam a fé através de discursos bem elaborados, com uma linguagem

que atrai as pessoas; e ganham sustentação por estruturas de poder que disputam espaço no debate público, procurando moldar comportamentos e decisões coletivas.

3.2 O poder proveniente dos manuscritos sagrados

A igreja é uma comunidade de pessoas que creem nas sagradas escrituras e, com isso, ela tem a responsabilidade de interpretar os manuscritos, o que eles representam e significam, tornando-os acessíveis para aqueles que acreditam em sua palavra, ou seja, que são dotados de fé. Com isso, é importante diferenciar a dicotomia entre esses dois termos que parecem ser semelhantes, mas que tem significados diferentes: a fé, de um lado, e a igreja ou as instituições religiosas, de outro. A fé é a crença pessoal que as pessoas têm em algo que foi passado de geração em geração através dos costumes. E ela, portanto, não deve ser controlada por instituições religiosas, mas pela racionalidade que cada pessoa tem de acreditar ou não. Já a igreja exerce um poder sobre seus fiéis por meio da utilização da fé de cada um, valendo-se de rituais, hierarquias e ensinamentos que servem mais aos interesses da própria instituição do que à verdadeira religião. Assim, “o poder das igrejas não seria fundamental para Hobbes se seus membros não se manifestassem em público e se dirigissem para um público” (ELIAS, 2023, p. 36). Ou seja, as igrejas só têm poder real quando conseguem influenciar e atrair mais público, por meio de discursos dos eclesiásticos, pois sem esse procedimento as instituições religiosas não teriam força política nem social ².

Dessa forma, o que dá poder à igreja é justamente o fato dela agir em público, influenciar a fé das pessoas e, muitas vezes, desafiar ou competir com o poder do soberano. Isto é, ela usa as Escrituras para legitimar seu poder, que não é sagrado em relação a seus súditos, mas que se torna superior entre as pessoas porque a igreja é a leitora dos manuscritos e, através deles, pode manipular as pessoas para conseguir o que quiser.

O maior e principal abuso das Escrituras e em relação ao qual todos os outros são, ou consequentes ou subservientes, é distorcê-las a fim de provar que o reino de Deus, tantas vezes mencionado nas Escrituras, é a atual igreja, ou multidão de cristãos que vivem agora, ou que estando mortos devem ressuscitar no último dia (HOBBS, 1983, p. 354).

² “Hobbes fixa o discurso mental e verbal dos eclesiásticos como expressão de seu poder coletivo e como costumes. Como expressão do poder da igreja, o discurso verbal e mental se constitui em costumes, em relações entre os eclesiásticos, mesmo com a individualidade de seus corpos” (ELIAS, 2023, p. 113).

Assim, as instituições se fundamentam na interpretação pública dos manuscritos, em suas justificativas teológicas, para que possam agir de tal forma, pois elas distorcem todo o contexto para legitimar seu poder, tanto terreno quanto de seus líderes, fazendo que assim representem diretamente a vontade divina. Desacreditar dessa vontade é ir contra a Palavra Sagrada, e fazer isso, para os fiéis, é ir contra a sua fé e divindade, que na maioria das instituições é Deus.

Com o passar dos tempos, discursos sobre os manuscritos foram cada vez mais substituindo os costumes. Esses costumes tinham dado origem a comunidades religiosas, que foram sendo lideradas por pessoas que julgavam saber mais e estarem mais próximas de Deus, apenas pelo fato de interpretarem os manuscritos. Na atualidade não é diferente, ainda hoje muitas instituições religiosas utilizam os textos sagrados para legitimar posições políticas, comportamentos sociais e até para justificar intolerâncias. Interpretados de forma estratégica, ocupam espaço em debates públicos, sendo usados para consolidar narrativas e moldar decisões. Assim, como alertava Hobbes, quando a fé deixa de ser convicção pessoal e passa a ser manipulada por lideranças religiosas, ela pode comprometer a ordem social e a estabilidade do Estado. Portanto, o poder dos manuscritos sagrados depende menos de seu conteúdo original, e mais do uso público e discursivo que se faz deles. Assim, o equilíbrio entre fé e razão continua sendo essencial para impedir que esses textos, junto com seus líderes, sejam transformados em armas de controle ideológico e político.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, procuramos, fazer uma análise do livro do professor, da Universidade Federal de Uberlândia, Wagner de Mello Elias (*in memoriam*), o qual foi um dos principais defensores da implantação do curso de Filosofia em Uberlândia. Por ser um pesquisador na área da filosofia política, tomamos como base seu livro, *A igreja como poder eclesiástico e civil em Thomas Hobbes*, assim como o livro *Leviatã*, do filósofo Hobbes, para analisar o tema político da religião. Procuramos investigar como ela surgiu, quais influências teve e ainda tem na atualidade, como a igreja se tornou uma instituição tão importante para a sociedade; também procuramos compreender como seu poder foi procurado principalmente pelos Estados, os quais, sendo monoteístas ou politeístas, sempre buscaram se valer de sua legitimidade, travando inclusive guerras em nome do Sagrado.

Diante disso, procuramos, compreender, em Hobbes, como as pessoas, movidas por paixões e crenças sem mediação racional, acabam travando tantas guerras e se submetendo a discursos e teorias conspiratórias que, ao invés de promoverem o bem comum, aprofundam divisões, intolerâncias e retrocessos sociais. Tais crenças, frequentemente amparadas em interpretações deturpadas dos manuscritos sagrados, são utilizadas por instituições religiosas como ferramentas de controle político e moral, mascarando interesses de poder sob o sagrado. Ademais, o filósofo alerta para os perigos que residem na fé, ou seja, no que a pessoa acredita sem questionar, especialmente quando os eclesiásticos detêm o poder de interpretar e propagar publicamente os significados das Escrituras. Ao misturar o reino de Deus com a igreja, ou outras instituições religiosas, cria-se uma falsa legitimidade divina que pode rivalizar com a autoridade do Estado soberano.

Assim, o uso desordenado da linguagem e a manipulação da fé são os principais fatores que ameaçam a paz e a estabilidade social. A paz sempre pode ser ameaçada por pessoas que não fazem o uso crítico da razão, que acreditam em soluções religiosas para todos os problemas, e que acreditam na religião como fonte única de salvação.

Thomas Hobbes foi um filósofo da modernidade. Ele viveu a guerra civil da Inglaterra, que o fez criar toda a sua teoria de poder, tanto do Estado como da Igreja. Hoje vemos, mesmo com os grandes avanços tecnológicos e científicos, ressurgir toda a teoria do filósofo, de que o poder é um tema que precisa ser discutido, que seu

alcance pode se dar por meio da manipulação das pessoas e, inclusive, da sua fé. As instituições religiosas ainda buscam um maior domínio sobre as pessoas; e o Estado, também quer aumentar seu poder tanto sobre as pessoas como sobre os outros Estados. E a religião pode oferecer um caminho para essa dominação.

Assim, decorrente de todo estudo, discussões e pesquisas, acreditamos que o pensamento de Thomas Hobbes ainda é pertinente, e precisa ser mais discutido e debatido, pois ele trouxe problemas que ainda são atuais. Através do seu pensamento podemos procurar uma solução, ou pelos menos ter uma base para resolver essas questões. Isso é importante, porque constantemente vemos o ressurgimento da religião como força política, usada para justificar decisões, preconceitos, desigualdades e até guerras. Além disso, a fé instrumentalizada, quando desvinculada da razão, faz com que as pessoas acreditem na necessidade dos conflitos.

Por fim, é importante refletir sobre todos os acontecimentos passados, já vividos, os atuais, e os que podem também vir a ocorrer, para que as instituições, sejam elas religiosas ou políticas, não dominem as comunidades, de tal forma que elas caiam em dogmas e teorias fantasiosas, que apenas concentram o poder dos líderes mais ambiciosos. Mas para que possamos viver livremente, e construir nossas próprias opiniões e decisões, para que possamos contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, é necessário que o Estado cumpra o papel para o qual foi estabelecido, quando houve o contrato social: a segurança de todos e o bem-estar de todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril Cultura, 1983.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Wagner de Mello. **A igreja como poder eclesiástico e civil em Thomas Hobbes**. Uberlândia: EDUFU, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2023. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 2 de abr. 2025.

RIBEIRO, Emmanuel P.S.G. Thomas Hobbes: um estudo a partir de Norberto Bobbio. In: SARLO, Oscar; FÉLIX, Ynes da Silva. Cidadania e desenvolvimento sustentável: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito. Florianópolis: CONPEDI, 2016. P. 191-211. Disponível em: < <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/i4l30ayo/UwobG2owIPQ52SzD.pdf> >. Acesso em 21 março 2025.

MATTOS, Delmo. **Escritos sobre Thomas Hobbes: política, ética e natureza**. São Luiz, MA: EDUFMA, 2022. Disponível em: < https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2022/08/HOBBS-ESCRITOS-2022-1.pdf >. Acesso em 22 abr. 2025.

SANTOS, Savio. **Políticas sociais e ética nas organizações**. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Luiz Carlos Santos da. O Leviatã Hobbesiano e o Medo de Poderes Invisíveis: Reflexões Filosóficas durante a Pandemia. **Investigação filosófica**, 2020. Disponível em: < <https://philpapers.org/asearch.pl?pub=11171> >. Acesso em 30 de abr. 2025.